



**FINANCEIRA ALFA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS**

**CNPJ/MF Nº 17.167.412/0001-13 CARTA AUTORIZAÇÃO Nº40 DE 04/03/1.955**

**SEDE: ALAMEDA SANTOS, 466 - SÃO PAULO-SP**

**SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL ABERTO**

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

### **Senhores Acionistas,**

Temos o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. às Demonstrações Financeiras, intermediárias de 30 de junho de 2023, da Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Companhia"), acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre essas Demonstrações Financeiras, do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do respectivo Parecer do Conselho Fiscal. Os documentos apresentados contêm os dados necessários à análise da performance da Companhia no semestre. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que venham a ser julgados necessários.

### **CENÁRIO ECONÔMICO**

Em relação ao cenário externo, o primeiro semestre de 2023 foi um período marcado tanto por notícias positivas quanto negativas. Entre as diversas notícias positivas, merecem destaque o fim da pandemia de covid-19 na China e a conseqüente normalização da atividade econômica no país, a virtual eliminação dos problemas globais com gargalos de produção e distribuição de insumos e bens finais, a plena recomposição dos estoques de gás na Europa Ocidental, os limitados efeitos econômicos diretos da guerra na Ucrânia sobre o desempenho da porção oriental da Europa, os também limitados impactos econômicos dos problemas com bancos regionais de pequeno e médio porte nos EUA, a queda gradual dos preços internacionais de commodities, o recuo da inflação nos EUA e na Zona do Euro e a redução do risco de recessão nos dois lados do Atlântico Norte.

Nos EUA, por exemplo, o crescimento econômico se mostrou surpreendentemente forte nos dois primeiros trimestres do ano e, neste momento, os agentes econômicos atribuem baixa probabilidade ao cenário de contração significativa do PIB no curto prazo. Por trás da resiliência da economia dos EUA está o consumo das famílias, que continua a crescer em ritmo médio veloz, devido à contínua expansão da massa salarial e à existência de um volume ainda significativo de poupança acumulada pelas famílias durante a fase mais crítica da pandemia.

Já entre as notícias negativas, merecem destaque a continuidade da guerra entre Rússia e Ucrânia, acompanhada recentemente pela suspensão do acordo que permitia a exportação de grãos produzidos na Ucrânia, os riscos altistas para os preços das commodities agrícolas derivados da reparaçãõ do fenômeno climático El Niño, as seguidas decepções com o ritmo de retomada do crescimento na China e o prolongamento dos ciclos de aperto monetário nos EUA e na Zona do Euro.

Em relação à China, o ritmo médio de crescimento no primeiro semestre foi decepcionante, principalmente por conta do menor crescimento da indústria manufatureira, setor que vive um período de transformação em todo o mundo devido à reorganização das cadeias produtivas e da reversão do boom de consumo de duráveis ocorrido durante a pandemia, e também do setor de construção residencial que



continua a sofrer o impacto negativo do processo de desalavancagem das grandes incorporadoras. O governo começou a adotar ações com o objetivo de ajudar a sustentar a expansão do PIB, mas tudo indica que o crescimento continuará a ser relativamente moderado nos próximos meses.

Quanto ao prolongamento do aperto monetário nos EUA e na Zona do Euro, ele é resultante da persistência do núcleo da inflação em patamar relativamente elevado e do alto grau de aquecimento do mercado de trabalho. Nas duas economias, as taxas básicas de juros já foram elevadas para os níveis mais altos em mais de duas décadas, mas, mesmo assim, os bancos centrais mantêm as portas abertas para ajustes adicionais e sinalizam a manutenção do aperto monetário por um longo período, o que tende a manter o crescimento econômico mundial sob pressão neste e no próximo ano.

Em resumo, o cenário externo parece relativamente neutro. Por um lado, a redução do risco de recessão em economias desenvolvidas e o gradual declínio dos preços de matérias-primas ao longo do primeiro semestre são favoráveis. Por outro, as incertezas em torno do cenário para as commodities agrícolas, a decepção com o ritmo e a heterogeneidade do crescimento econômico na China e a continuidade dos ciclos de aperto monetário nos EUA e na Zona do Euro são preocupantes.

No Brasil, o cenário político tem se comportado de forma oscilante. O pior momento para o Governo no primeiro semestre foi aquele que antecedeu a votação da MP da reestruturação ministerial. Em certo momento, a possibilidade de não aprovação era concreta e isso acarretaria em uma derrota estrondosa, o Governo, porém, conseguiu se rearticular e a MP foi aprovada. Desde então, o cenário político voltou a ficar mais favorável, apoiado no pragmatismo político do Presidente Lula e no protagonismo do Ministro Fernando Haddad na condução da agenda econômica.

Assim, o novo arcabouço fiscal foi aprovado na Câmara e no Senado, com modificações, e por isso, passará por uma votação final na Câmara, provavelmente no início do terceiro trimestre. Além disso, a primeira parte da reforma tributária, focada nos tributos sobre produção e consumo de bens e serviços também foi aprovada na Câmara e está agora no Senado.

É fato que o novo arcabouço fiscal pode ser criticado por diversas razões, e que o formato final da reforma tributária a ser aprovada pelo Congresso ainda não está totalmente claro, mas, sem dúvida, as duas reformas representam avanços estruturais relevantes para o país, especialmente diante da expressiva deterioração das contas públicas ocorrida nos últimos dez anos e do baixo crescimento do país no mesmo período.

Analogamente, a agenda econômica também passou inicialmente por maus momentos no primeiro semestre, com destaque para a aprovação da PEC da Transição que permitirá ao governo gastar cerca de 1,5% do PIB acima do teto de gastos em 2023, e para os agressivos ataques do Presidente Lula contra a independência do Banco Central e as metas de inflação, mas terminou o período em alta.

A aprovação do novo arcabouço fiscal reduziu o nível de incerteza em relação às perspectivas para as contas fiscais e o crescimento do PIB no primeiro trimestre foi surpreendentemente forte, o que ajudou no crescimento da arrecadação no período.

Além disso, a inflação desacelerou mais intensamente do que o esperado, ajudado pela expressiva valorização do Real nos últimos meses, pela queda de preço das commodities agrícolas, e devido ao pleno restabelecimento das cadeias globais de suprimentos. Também ajudou o fato do Conselho Monetário Nacional manter inalteradas as metas de inflação para 2024 e 2025, além de ter definido que a meta de 3% passará a ser permanente a partir de então.



Dessa forma, as projeções de inflação no horizonte relevante para a política monetária recuaram, as expectativas de inflação para o médio prazo começaram a cair, as taxas de juros futuro tiveram queda significativa e o Banco Central certamente encontrará espaço para cortar a taxa Selic nos próximos meses.

Cabe destacar que, por outro lado, a inflação de serviços, um dos principais focos de atenção do Banco Central, permanece elevada, e as expectativas de inflação para o médio prazo seguem acima da meta. Isso reforça a tendência de que o relaxamento da política monetária seja cauteloso, ao menos em sua fase inicial.

A maior probabilidade é que a política monetária continue a ser restritiva ainda por um bom tempo, limitando substancialmente o espaço para aceleração do crescimento econômico nos próximos trimestres. No entanto, se a agenda de reformas continuar a avançar no Congresso e o Banco Central tiver sucesso na transição para uma política monetária menos restritiva, poderemos presenciar tempos melhores à frente.

## **SUSTENTABILIDADE ESG**

O Conglomerado Alfa tem compromisso permanente com a integridade e a ética na condução de seus negócios. Dentre os princípios que norteiam nossos valores, destacam-se o respeito aos direitos humanos, a gestão responsável dos recursos naturais e a atenção permanente ao desenvolvimento sustentável do País. Sendo a gestão responsável parte da sua identidade, o Alfa avalia e considera constantemente os riscos socioambientais de suas operações diretas com clientes, fornecedores e demais parceiros de negócios, evitando o envolvimento com setores e organizações que apresentem riscos significativos ambientais, sociais ou de governança ou que não estejam alinhados a seus princípios e valores. Por outro lado, o Alfa tem atuação crescente no financiamento de setores como energia renovável e saneamento, fundamentais para o desenvolvimento sustentável.

O Alfa vem trabalhando para integrar a sustentabilidade a sua estratégia de negócios e está em constante aprimoramento das iniciativas ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG).

Nossa estratégia ESG é colocada em prática através de cinco pilares, quais sejam: (a) Responsabilidade Social (b) Diversidade, Equidade e Inclusão; (c) Inovação e Sustentabilidade; (d) Compromissos Públicos e Engajamento Institucional e (e) Produtos ESG.

Em 2023, seguimos com nosso foco numa atuação responsável e transparente com a publicação, pelo segundo ano consecutivo, de nosso Relatório de Sustentabilidade, trazendo informações econômicas, sociais, ambientais e de governança em conformidade com as normas da Global Reporting Initiative (GRI) – padrão adotado mundialmente para relatos de sustentabilidade.

Além disso, reforçamos nosso comprometimento com a garantia de equidade, a promoção da inclusão e o respeito à pluralidade de opiniões, em cumprimento às políticas publicadas.

No pilar Responsabilidade Social, várias campanhas – SOS Litoral Norte, Campanha de Inverno para doação de cobertores e agasalhos, Páscoa – conectaram nossos clientes, parceiros e colaboradores. Além disso, tivemos visitas guiadas ao Museu Judaico.

A Campanha de Inverno recolheu 70 kg de roupas e 390 cobertores que foram doados para instituições sociais parceiras.



Demos continuidade à agenda de conscientização de nossos colaboradores e clientes, organizando lives e conteúdos nas redes internas com temáticas relacionadas à diversidade, equidade e inclusão, saúde e bem-estar. No primeiro semestre de 2023, tivemos conversas em datas comemorativas tais como Dia das Mulheres e Dia do Orgulho LGBT+.

Em relação ao Alfa Collab – nosso hub de inovação -, as startups que participam de nosso programa têm a obrigação de respeitar os dez princípios universais enunciados pelo Pacto Global. Esta condição consta do documento de entrada da startup no Alfa Collab. Ainda, a partir do momento em que a startup passa a fazer parte de nosso portfólio de investimentos, ela fica obrigada a implementar determinadas políticas e práticas em suas operações que visam alcançar a sustentabilidade em seus negócios em um determinado horizonte de tempo. Além disso, criamos no Alfa Collab um Cluster de Impacto destinado a abrigar e estimular especificamente startups que gerem impacto socioambiental positivo e mensurável, além do retorno financeiro.

No pilar de Compromissos Públicos e Engajamento Institucional, seguimos firmes no nosso propósito de observância dos principais movimentos setoriais. Em relação a nossa agenda regulatória, publicamos a tabela GRSAC do Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (GRSAC). Além disso, estamos conduzindo uma avaliação qualitativa com o objetivo de identificar e analisar os impactos sociais, ambientais e climáticos gerados por nossas atividades, produtos e serviços. O resultado deste trabalho será fundamental na implementação de formas de gestão dos respectivos impactos.

Dentro do Pilar de Produtos ESG, evoluímos na jornada ALFA NETZERO – nosso programa de apoio a clientes e seus parceiros na transição para uma economia carbono neutro, disponibilizando produtos e serviços diversos, desde cálculos de emissões, passando por venda de crédito de carbono, desenvolvimento de projetos de transição e linhas de financiamento específicas e direcionadas. Entendendo nossa responsabilidade em contribuir com soluções, nosso foco nesse Pilar é mover todo o sistema para uma forma de trabalho mais sustentável, oferecendo produtos melhores e mais competitivos.

Ainda sob a égide do Pilar de Produtos ESG, as seguintes linhas e operações merecem destaque:

- Linhas de financiamento para veículos híbridos e elétricos, com as quais já vínhamos atuando;
- CDC/Leasing para o financiamento de Carregadores Elétricos;
- Capital de giro para as concessionárias de veículos em projetos de energia fotovoltaica;
- CDC PF para o financiamento de placas fotovoltaicas;
- Fianças: no primeiro semestre, emitimos ou renovamos R\$ 128 milhões para o setor de energias renováveis, sendo nosso estoque total de R\$ 714,6 milhões.

Reforçamos com nossa agenda para acelerar e desenvolver essas iniciativas e alcançarmos um ano ainda mais produtivo, sempre visando um crescimento sustentável e inclusivo, promovendo a preservação do meio ambiente e a integração social e assegurando uma boa governança e a integridade no ambiente de negócios.



## **DESEMPENHO DAS ATIVIDADES**

### **RESULTADO DO SEMESTRE**

O lucro líquido da Companhia atingiu no semestre R\$ 8.077 mil (1º semestre/2022 R\$ 27.904 mil), correspondendo à rentabilidade anualizada de 1,53% (1º semestre/2022 5,46%) sobre o patrimônio líquido inicial de R\$ 1.061.771 mil (inicial de 2022 R\$ 1.036.693 mil). A cada lote de mil ações do capital social da Companhia correspondeu o lucro líquido de R\$ 78,68 (1º semestre/2022 R\$ 271,83).

Para o semestre findo, foi aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 10.699 mil (1º semestre/2022 R\$ 10.446 mil), correspondendo ao valor bruto de R\$ 242,76 (1º semestre/2022 R\$ 237,01) por lote de mil ações preferenciais.

### **PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

O patrimônio líquido atingiu o valor de R\$ 1.059.149 mil ao final do semestre (31/12/2022 R\$ 1.061.771 mil). O valor patrimonial para cada lote de mil ações alcançou R\$ 10.317,81 (31/12/2022 R\$ 10.343,35).

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30/03/2023, homologada em 30/05/2023 pelo Banco Central do Brasil, aprovou o aumento de capital social para R\$ 529.540 mil mediante a capitalização de igual valor a ser retirado da conta reservas de lucros no montante de R\$ 12.539 mil.

O índice de capital instituído pelo Comitê da Basileia e normatizado pelo Banco Central do Brasil atingiu 15,82% (31/12/2022 14,48%) ao final do semestre, demonstrando a boa capacidade de solvência das instituições financeiras do Conglomerado Prudencial Alfa, quando comparado tanto com o mínimo de 10,5% exigido pelo Banco Central do Brasil quanto com o de 8% recomendado pelo Comitê da Basileia.

### **RECURSOS CAPTADOS**

O volume de recursos captados pela Companhia ao final do semestre atingiu R\$10.296.002 mil (31/12/2022 R\$ 9.640.881 mil). Esses recursos estavam representados por R\$10.294.161 mil (31/12/2022 R\$ 9.638.424 mil) em depósitos interfinanceiros e R\$1.841 mil (31/12/2022 R\$ 2.457 mil) em repasses do BNDES e FINAME.

### **ATIVOS E EMPRÉSTIMOS**

O ativo total alcançou R\$ 11.578.850 mil (31/12/2022 R\$ 10.995.068 mil) ao final do semestre. A carteira de títulos e valores mobiliários e derivativos atingiu R\$ 248.586 mil (31/12/2022 R\$ 246.885 mil). A Companhia classificou 100% dos títulos e valores mobiliários na categoria "títulos para negociação".

O total da carteira de crédito, incluindo o ajuste negativo a valor de mercado da carteira de crédito objeto de "hedge" atingiu o saldo de R\$ 5.661.983 mil (31/12/2022 R\$ 6.199.868 mil). O volume de créditos vencidos acima de 14 dias totalizou R\$ 139.148 mil (31/12/2022 R\$ 99.762 mil), correspondente a 2,45% (31/12/2022 1,59%) do total da carteira de crédito.

O saldo das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito atingiu R\$ 95.192 mil (31/12/2022 R\$ 85.893 mil), representando 1,67% (31/12/2022 1,37%) do total da carteira de crédito, 8,26% (31/12/2022 18,35%) acima do mínimo exigido pela Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999.



## **OUVIDORIA**

O componente organizacional de ouvidoria encontra-se em funcionamento e a sua estrutura atende às disposições estabelecidas por meio da Resolução CMN nº 4.433, de 27/07/2015.

## **DIVULGAÇÃO SOBRE SERVIÇOS DA AUDITORIA INDEPENDENTE**

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14/01/2003, informamos que a empresa contratada para auditoria das demonstrações financeiras da Companhia, ou pessoas a ela ligadas, não prestou no período outros serviços que não sejam de auditoria externa.

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor de acordo com os critérios internacionalmente aceitos quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover o interesse deste.

## **DECLARAÇÃO DOS DIRETORES**

Conforme Instrução CVM nº 552, de 09/10/2014, a Diretoria declara que em reunião realizada em 10/08/2022, revisou, discutiu e concordou com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30/06/2023.

## **AGRADECIMENTOS**

É indispensável traduzir o reconhecimento da Financeira Alfa S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos ao trabalho de seus funcionários e ao apoio de seus acionistas e, finalmente, a confiança de seus clientes e das instituições financeiras do mercado que continuaram a prestigiar a organização como sempre fizeram.

São Paulo, 10 de agosto de 2023.



## **DIRETORIA**

### **Diretor Presidente**

Fabio Alberto Amorosino

### **Diretores**

Antonio José Ambrozano Neto  
Felipe Barbosa da Silveira e Silva

Fabiano Siqueira de Oliveira  
Marcelo Borba Bauer

Este Relatório da Administração preparado pela Diretoria foi examinado e aprovado em reunião dos Conselhos de Administração e Fiscal de 10 de agosto de 2023.

## **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

### **Presidente**

Christophe Yvan François Cadier

### **Conselheiros**

Adilson Herrero

Luiz Alves Paes de Barros



## BALANÇO PATRIMONIAL

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	30/06/2023	31/12/2022
<b>ATIVO</b>			
<b>DISPONIBILIDADES</b>		<b>15.767</b>	<b>13.315</b>
<b>INSTRUMENTOS FINANCEIROS</b>		<b>11.359.717</b>	<b>10.763.517</b>
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3	5.449.148	4.316.764
Títulos e Valores Mobiliários	4	223.467	211.419
Instrumentos Financeiros Derivativos	5c	25.119	35.466
Operações de Crédito	6	5.661.983	6.199.868
<b>PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO</b>	<b>6 c/d</b>	<b>(95.192)</b>	<b>(85.893)</b>
<b>PROVISÕES PARA REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS</b>		<b>(1.216)</b>	<b>(1.164)</b>
<b>OUTROS ATIVOS</b>	<b>7</b>	<b>116.784</b>	<b>104.008</b>
<b>CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS</b>	<b>8</b>	<b>78.100</b>	<b>94.707</b>
<b>INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES EM COLIGADAS E CONTROLADAS</b>	<b>17</b>	<b>96.776</b>	<b>97.544</b>
<b>IMOBILIZADO DE USO</b>		<b>18.006</b>	<b>20.801</b>
<b>INTANGÍVEL</b>		<b>5.830</b>	<b>5.502</b>
<b>DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES</b>		<b>(15.722)</b>	<b>(17.269)</b>
<b>ATIVO TOTAL</b>		<b>11.578.850</b>	<b>10.995.068</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.





## BALANÇO PATRIMONIAL

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	30/06/2023	31/12/2022
<b>PASSIVO</b>			
<b>DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS</b>		<b>10.395.244</b>	<b>9.756.700</b>
Depósitos	9	10.294.161	9.638.424
Obrigações por Empréstimos e Repasses	9	1.841	2.457
Instrumentos Financeiros Derivativos	5c	99.242	115.819
<b>PROVISÕES</b>		<b>28.409</b>	<b>28.398</b>
Contingencias Tributárias, Trabalhistas e Cíveis	10	28.409	28.398
<b>OUTROS PASSIVOS</b>	<b>11</b>	<b>84.644</b>	<b>117.123</b>
<b>OBRIGAÇÕES FISCAIS DIFERIDAS</b>	<b>8</b>	<b>11.404</b>	<b>31.076</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>12</b>	<b>1.059.149</b>	<b>1.061.771</b>
Capital Social		529.540	517.001
Reservas de Capital		4.099	4.099
Reservas de Lucros		526.917	542.078
Ações em Tesouraria		(1.407)	(1.407)
<b>PASSIVO TOTAL</b>		<b>11.578.850</b>	<b>10.995.068</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	2023	2022
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>833.054</b>	<b>553.695</b>
Operações de Crédito	6e	546.820	380.098
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários		315.260	132.499
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	5e	(29.143)	40.718
Operações de Vendas ou Transferência de Ativos Financeiros		117	380
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>(678.674)</b>	<b>(379.729)</b>
Operações de Captação no Mercado		(647.309)	(360.774)
Resultado com Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses		(144)	(206)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	6d	(31.221)	(18.749)
<b>RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>154.380</b>	<b>173.966</b>
<b>OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS</b>		<b>22.454</b>	<b>34.578</b>
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias		20.044	29.174
Resultado de Participação em Coligadas e Controladas	17	(768)	2.672
Outras Receitas Operacionais	16a	3.178	2.732
<b>PRINCIPAIS DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>(150.130)</b>	<b>(149.487)</b>
Despesas de Pessoal		(73.874)	(74.847)
Despesas Administrativas	16b	(43.825)	(41.557)
Despesas Tributárias		(10.775)	(12.090)
Outras Despesas Operacionais	16c	(21.656)	(20.993)
<b>DESPESAS DE PROVISÕES</b>		<b>(11.421)</b>	<b>(17.359)</b>
Provisões com Contingências Tributárias, Trabalhistas e Cíveis		(11.421)	(17.359)
<b>(=) RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>15.283</b>	<b>41.698</b>
<b>OUTRAS RECEITAS E DESPESAS NÃO OPERACIONAIS</b>		<b>(788)</b>	<b>2.619</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES</b>		<b>14.495</b>	<b>44.317</b>
<b>TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES SOBRE O LUCRO</b>		<b>(6.418)</b>	<b>(16.413)</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>8</b>	<b>1.265</b>	<b>(9.510)</b>
Provisão para Imposto de Renda		10.421	(16.022)
Provisão para Contribuição Social		7.451	(10.902)
Ativo Fiscal Diferido		(16.607)	17.414
<b>Participação nos Lucros</b>		<b>(7.683)</b>	<b>(6.903)</b>
Empregados		(7.683)	(6.903)
<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>		<b>8.077</b>	<b>27.904</b>
<b>LUCRO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$</b>		<b>78,68</b>	<b>271,83</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## **DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**

**Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022**

(Valores expressos em milhares de Reais)

	1º Semestre	
	2023	2022
<b>LUCRO LÍQUIDO</b>	<b>8.077</b>	<b>27.904</b>
<b>Total Resultado Abrangente do Semestre</b>	<b>8.077</b>	<b>27.904</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

Eventos	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ações em Tesouraria	Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
<b>SALDOS EM 31/12/2021</b>	<b>489.598</b>	<b>4.099</b>	<b>544.403</b>	<b>(1.407)</b>	-	<b>1.036.693</b>
AUMENTO DE CAPITAL - AGE 30/03/2022	27.403	-	(27.403)	-	-	-
<b>LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE</b>	-	-	-	-	27.904	27.904
<b>DESTINAÇÕES :</b>	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	17.458	-	(17.458)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(10.446)	(10.446)
<b>SALDOS EM 30/06/2022</b>	<b>517.001</b>	<b>4.099</b>	<b>534.458</b>	<b>(1.407)</b>	-	<b>1.054.151</b>
MUTAÇÕES DO SEMESTRE	27.403	-	(9.945)	-	-	<b>17.458</b>
<b>SALDOS EM 31/12/2022</b>	<b>517.001</b>	<b>4.099</b>	<b>542.078</b>	<b>(1.407)</b>	-	<b>1.061.771</b>
AUMENTO DE CAPITAL - AGOE 30/03/2023	12.539	-	(12.539)	-	-	-
<b>LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE</b>	-	-	-	-	8.077	<b>8.077</b>
<b>DESTINAÇÕES :</b>	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	(2.622)	-	2.622	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(10.699)	<b>(10.699)</b>
<b>SALDOS EM 30/06/2023</b>	<b>529.540</b>	<b>4.099</b>	<b>526.917</b>	<b>(1.407)</b>	-	<b>1.059.149</b>
MUTAÇÕES DO SEMESTRE	<b>12.539</b>	-	<b>(15.161)</b>	-	-	<b>(2.622)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2023	2022
<b>1. RECEITAS</b>	<b>824.267</b>	<b>569.471</b>
Intermediação Financeira	833.054	553.695
Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	20.044	29.174
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(31.221)	(18.749)
Outras Receitas Operacionais	3.178	2.732
Resultados Não Operacionais	(788)	2.619
<b>2. DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>647.453</b>	<b>360.980</b>
<b>3. MATERIAIS E SERVIÇOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>72.289</b>	<b>73.835</b>
Materiais, Energia e Outros (Materiais de consumo, telefone e água)	2.234	2.204
Serviços de Terceiros	70.055	71.631
<b>4. VALOR ADICIONADO BRUTO ( 1-2-3 )</b>	<b>104.525</b>	<b>134.656</b>
<b>5. DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO</b>	<b>1.318</b>	<b>1.283</b>
<b>6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)</b>	<b>103.207</b>	<b>133.373</b>
<b>7. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>(768)</b>	<b>2.672</b>
Resultado de Participação em Coligadas e Controladas	(768)	2.672
<b>8. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<b>102.439</b>	<b>136.045</b>
<b>9. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>102.439</b>	<b>136.045</b>
<b>Pessoal</b>	<b>70.944</b>	<b>71.622</b>
Remuneração Direta	52.379	52.810
Benefícios	14.330	13.932
F.G.T.S.	4.235	4.880
<b>Impostos, Taxas e Contribuições</b>	<b>20.123</b>	<b>31.728</b>
Federais	18.849	30.011
Municipais	1.274	1.717
<b>Remuneração de Capitais de Terceiros</b>	<b>3.295</b>	<b>4.791</b>
Aluguéis	3.295	4.791
<b>Remuneração de Capitais Próprios</b>	<b>8.077</b>	<b>27.904</b>
Juros sobre o Capital Próprio	10.699	10.446
Lucros Retidos do Período	(2.622)	17.458

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE</b>	<b>8.077</b>	<b>27.904</b>
<b>AJUSTES AO LUCRO LÍQUIDO</b>	<b>40.051</b>	<b>30.915</b>
- Depreciações e Amortizações	1.318	1.283
- Resultado de Participação em Coligadas e Controladas	768	(2.672)
- Provisões para Perdas Esperadas Associada ao Risco de Crédito	31.221	18.749
- Provisão para Passivos Contingentes	10.608	17.025
- Provisão para Desvalorização Outros Valores e Bens	52	(23)
- Atualização de Depósitos Judiciais	(851)	(1.191)
- Resultado com Crédito Tributários	16.607	(17.414)
- Resultado com Obrigações Fiscais Diferidas	(19.672)	15.158
<b>(AUMENTO)/ REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS</b>	<b>502.337</b>	<b>(355.363)</b>
Títulos e Valores Mobiliários	(12.048)	(5.903)
Instrumentos Financeiros Derivativos	10.347	(15.691)
Operações de Crédito	537.885	(306.602)
Provisões para Perdas Esperadas Associada ao Risco de Crédito	(21.922)	(14.511)
Outros Ativos	(11.925)	(12.656)
<b>AUMENTO/ (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS</b>	<b>595.241</b>	<b>(1.693.889)</b>
Depósitos	655.737	(1.566.314)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(616)	(1.651)
Instrumentos Financeiros Derivativos	(16.577)	(87.409)
Contingências Tributárias, Trabalhistas e Cíveis	(10.597)	(12.383)
Outros Passivos	(24.309)	(266)
Pagamentos de Imposto de Renda e Contribuição Social	(8.397)	(25.866)
<b>CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DE (APLICADO EM) ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>1.145.706</b>	<b>(1.990.433)</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Aquisição de Imobilizados de Uso	(581)	(707)
Aplicações no Intangível	(342)	(492)
Alienação de Imobilizados de Uso	525	36
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Recebidos	-	1.013
<b>CAIXA LÍQUIDO (APLICADO EM) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(398)</b>	<b>(150)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Pagos	(10.472)	(11.355)
<b>CAIXA LÍQUIDO (APLICADO EM) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>(10.472)</b>	<b>(11.355)</b>
<b>AUMENTO/REDUÇÃO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES</b>	<b>1.134.836</b>	<b>(2.001.938)</b>
Caixa e Equivalentes no Início do Semestre	4.330.079	3.866.462
Caixa e Equivalentes no Final do Semestre	5.464.915	1.864.524
<b>AUMENTO/REDUÇÃO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES</b>	<b>1.134.836</b>	<b>(2.001.938)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE 30 DE JUNHO DE 2023 – (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)**

### **1. ATIVIDADE E ESTRUTURA DO GRUPO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

#### **a) Atividade e estrutura do Grupo**

O Conglomerado Financeiro Alfa tem suas origens no ano de 1925, com a fundação do Banco da Lavoura de Minas Gerais. Em 1972, o Banco da Lavoura alterou sua denominação para Banco Real S.A. e posteriormente criou as outras empresas financeiras que constituíam o Conglomerado Financeiro Real. Em 1998, o Banco Real S.A. teve seu controle acionário vendido ao ABN Amro Bank. As empresas financeiras não vendidas (então, Banco Real de Investimento S.A., Companhia Real de Investimento – C.F.I., Companhia Real de Arrendamento Mercantil e Companhia Real Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários) formaram o Conglomerado Financeiro Alfa (“Conglomerado”), que foi completado logo depois com a criação do Banco Alfa S.A. (Banco Comercial).

O Conglomerado é composto por 6 entidades legais que atuam através de controle operacional efetivo, caracterizado pela administração ou gerência comum e pela atuação sob a mesma marca ou nome comercial. O Banco Alfa de Investimento S.A. é a instituição financeira líder do Conglomerado, a qual controla diretamente a Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A., a Alfa Arrendamento Mercantil S.A. e a BRI Participações Ltda.. Além destas entidades, o Conglomerado é integrado pela Financeira Alfa S.A. – C.F.I. (“Companhia”), a qual controla diretamente o Banco Alfa S.A.. O Banco Alfa de Investimento S.A. e a Financeira Alfa S.A.- C.F.I. são companhias abertas com ações negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão (“B3”).

Com esta sólida história de mais de 90 anos, o Conglomerado vem desenvolvendo sua atuação principalmente nos segmentos de crédito a pessoas jurídicas e físicas, tesouraria e administração de recursos de terceiros.

O Conglomerado está sediado em São Paulo, na Alameda Santos nº 466, e mantém filiais em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Campinas, Porto Alegre, Salvador, Brasília, Recife, Vitória, Goiânia, Florianópolis, Piracicaba, Ribeirão Preto, Sorocaba, Santo André e Campo Grande. Todas contando com modernas plataformas tecnológicas, o que permite maior agilidade nas decisões e no desenvolvimento de produtos.

O controlador da Companhia possui ainda relevantes investimentos em áreas não financeiras, não consolidadas nestas demonstrações financeiras: Seguros e Previdência (Alfa Seguradora S.A. e Alfa Previdência e Vida S.A.); Hotelaria (Rede Transamérica de Hotéis); Materiais de Construção (C&C Casa e Construção); Agroindústria (Agropalma); Alimentos e Águas Minerais (Águas Prata Ltda); Comunicações (Rádio Transamérica).

Em 23 de novembro de 2022 foi comunicada aos acionistas e ao mercado, através de fato relevante, a celebração do contrato de compra e venda de ações entre a Administradora Fortaleza (AFL) e o Banco Safra (Safra), para a alienação da totalidade das participações societárias diretamente detidas pela AFL, representativas do controle do Conglomerado Financeiro Alfa, que inclui 975 (novecentas e setenta e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, representativas de 0,002% do capital votante, e de 825 (oitocentas e vinte e cinco) ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, representativas



de 0,002% das ações preferenciais de emissão da Companhia, perfazendo, em conjunto, 0,002% do capital social total da Companhia.

Nos termos do Contrato: (i) o fechamento da Operação está sujeito, dentre outras condições usuais a contratos dessa natureza, à aprovação prévia do Banco Central do Brasil – BACEN, da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE; e (ii) nos termos do art. 254-A da Lei das S.A., o Comprador se obrigou a fazer oferta pública para aquisição de ações (OPA) do Banco Alfa de Investimento, da Financeira, do Consórcio Alfa e da Alfa Holdings, bem como a protocolizar na CVM os respectivos pedidos de registro das OPAs em até 30 (trinta) dias contados da data de fechamento da Operação.

Na data de emissão dessas demonstrações financeiras, encontra-se pendente apenas a aprovação prévia do BACEN, tendo já sido obtidas as aprovações do CADE e da SUSEP.

#### **b) Apresentação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base na legislação societária e nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), onde essas normas e instruções não forem conflitantes. Essas demonstrações financeiras foram concluídas em 09/08/2023 e aprovadas pelo Conselho de Administração e Fiscal em 10/08/2023.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam de forma integrada no mercado financeiro, e certas operações têm a participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro.

Em 28/12/2007, foi promulgada a Lei nº 11.638/07, complementada pela Lei nº 11.941/09, as quais alteraram a Lei das Sociedades por Ações quanto às práticas contábeis adotadas no Brasil, visando permitir a convergência às normas internacionais de contabilidade. Embora a referida Lei já tenha entrado em vigor, algumas das alterações por ela introduzidas, que incluem a adoção de pronunciamentos, interpretações e orientações contábeis emitidas pelo CPC, dependem de normatização por parte do CMN. Até o momento, as alterações em normas de contabilidade aprovadas pelo CMN foram: i) o tratamento contábil dos ativos intangíveis; ii) os procedimentos de mensuração do valor recuperável dos ativos; iii) a elaboração do fluxo de caixa em substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos; iv) a divulgação em notas explicativas às demonstrações financeiras de informações sobre partes relacionadas; v) os procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, passivos e ativos contingentes; vi) pagamento baseado em ações; vii) eventos subsequentes; viii) políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erro; ix) com exceção das disposições relacionadas a operações de arrendamento mercantil financeiro, o Pronunciamento Estrutural Conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro aprovados pelo CPC; e x) benefícios a empregados.

O Banco Central através da Resolução CMN nº 4.818/20 regulamentou novos procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras com o intuito de reduzir gradualmente a assimetria da divulgação das demonstrações financeiras entre o padrão contábil previsto no Cosif em relação aos padrões internacionais (IFRS), e, através da resolução BCB nº 2/20 estabeleceu as diretrizes que passaram ser aplicadas a partir da sua entrada em vigor. Dentre as principais alterações implementadas foram: i) A nova estrutura e as contas do Balanço Patrimonial que estão apresentadas por





ordem de liquidez e exigibilidade; ii) a nova estrutura da Demonstração de Resultado do Exercício que reduziu o número de linhas visando se aproximar ao padrão internacional; iii) o ativo e passivo fiscal diferido que passou a ser apresentado exclusivamente no realizável e exigível a longo prazo; iv) evidenciação em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes; e v) as operações de arrendamento mercantil que passaram a ser apresentadas a valor presente em linha exclusiva no ativo.

### **c) Novas normas emitidas pelo BACEN aplicáveis em períodos futuros**

Em atendimento a Resolução CMN nº 4.966/21, que dispõe sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros e que entrará em vigor em 01/01/2025, a Companhia desenvolveu um plano de implementação da respectiva norma que versou sobre o estudo da regulamentação, definição da equipe do projeto, diagnóstico dos instrumentos financeiros impactados, escolha da metodologia de trabalho, definição da jornada a ser percorrida, montagem do cronograma, apresentação e aprovação da Diretoria e por fim submetido para aprovação ao Conselho de Administração. Haja vista as mudanças de conceitos, critérios e métodos, implicando em ajustes estruturais nos processos, sistemas e entorno tecnológico, que engloba regras e procedimentos específicos para o atendimento dos requerimentos da norma, o plano de implementação poderá sofrer alterações decorrentes da divulgação de novos normativos, prazos dos fornecedores e das discussões decorrentes de entendimentos. A Companhia está em atuação permanente e próxima com os seus prestadores de serviços de Tecnologia para contribuir e monitorar o andamento do desenvolvimento das funcionalidades necessárias ao atendimento dos novos requerimentos.

Resolução CMN nº 4.975/21 – Dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil realizadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, devendo essas instituições observar o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - (CPC 06 – R2) – Arrendamentos, no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, conforme regulação específica. Esta Resolução entrará em vigor em 01/01/2025.

## **2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As políticas contábeis são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados e de maneira uniforme a todas as entidades do Conglomerado.

**a) Apuração do resultado:** As receitas e despesas foram apropriadas pelo regime de competência. As rendas das operações de crédito vencidas são reconhecidas até o 59º dia como receita e, a partir do 60º dia deixam de ser apropriadas e o seu reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações, conforme determina o artigo 9º da Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999.

**b) Ativo circulante e não circulante:** Demonstrados pelos valores de realização e, quando aplicável, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para perdas e ajustados pelos seus valores de mercado, especificamente em relação ao registro e a avaliação contábil dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos estabelecidos pelas Circulares BACEN nº 3.068, de 08/11/2001, e nº 3.082, de 30/01/2002, (vide notas explicativas nºs 4 e 5). A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foi constituída considerando a atual conjuntura econômica, a experiência de anos anteriores e a expectativa de realização da carteira, de forma que apure



montante suficiente e adequado para cobrir riscos específicos e globais, associada à provisão calculada de acordo com os níveis de risco e os respectivos percentuais mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999 (vide nota explicativa nº 6 letras "c" e "d").

**c) Títulos e valores mobiliários:** A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada conforme as categorias estabelecidas pela Circular BACEN nº 3.068, de 08/11/2001:

I – Títulos para negociação;

II – Títulos disponíveis para venda; e

III – Títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria "títulos para negociação" são registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados.

Na categoria "títulos mantidos até o vencimento" são registrados os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais existe intenção e capacidade financeira da Instituição de mantê-los em carteira até o vencimento.

Na categoria "títulos disponíveis para venda" são registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II são reconhecidos pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, e ajustados ao valor de mercado, computando-se o ajuste positivo ou negativo a valor de mercado em contrapartida:

- i) Da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos para negociação"; e
- ii) Da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos disponíveis para venda". Estes valores registrados em patrimônio líquido são baixados contra resultado na medida em que são realizados.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento" estão apresentados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

As perdas de caráter permanente apuradas para títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos disponíveis para venda" e "títulos mantidos até o vencimento" são reconhecidas no resultado do período.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é obtido, na data do balanço, através de coleta de preços divulgados por entidades independentes no mercado, especializadas na divulgação deste tipo de informação e, quando indisponíveis, estes valores são obtidos através de modelos internos de avaliação que consideram as curvas de juros aplicáveis publicamente divulgadas que sejam avaliadas como representativas das condições de mercado para o ativo sob avaliação por ocasião do encerramento do balanço.



**d) Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos são classificados contabilmente, segundo a intenção da Administração, na data de sua aquisição, conforme determina a Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002.

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados na administração das exposições próprias da Companhia. As valorizações ou desvalorizações são registradas em "Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos".

Os instrumentos financeiros derivativos realizados pela Companhia, com a intenção de proteção a riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos e passivos financeiros, que atendam os critérios determinados pela Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, e/ou Circular BACEN nº 3.129, de 27/02/2002 são classificados como *hedge* de risco de mercado (valor justo).

Os instrumentos financeiros registrados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de *hedge*, têm seus ganhos e perdas, registrados em conta de resultado.

A Companhia, conforme descrito na nota explicativa nº 5, de acordo com suas políticas de gestão de riscos, faz uso de instrumentos financeiros derivativos, principalmente contratos de *SWAP* registrados na B3, classificados como "*Hedge* de Risco de Mercado", tendo como objeto operações de crédito.

Para apuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros são utilizadas as taxas referenciais médias, praticadas para operações com prazo similar na data do balanço divulgadas pela B3.

As operações de crédito designadas para *hedge* risco de mercado, como previsto na Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, são mensuradas a valor de mercado apenas para o componente de risco protegido, ou seja, as oscilações de taxa de mercado. Desta forma, os valores de resgates (ou valores futuros) são descontados pela curva futura de juros divulgada pela B3 (DI X PRE) para cada respectivo vencimento. Na mensuração inicial, nenhum valor é reconhecido em resultado, entretanto, nas mensurações subsequentes reconhecem-se em resultado as oscilações provenientes das mudanças das respectivas taxas futuras.

A efetividade da proteção (*hedge*), conforme requer a Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, é mensurada desde a concepção e ao longo do prazo das operações.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, está apresentada na nota explicativa nº 5 destas demonstrações financeiras.

**e) Ativo permanente:** Demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, combinado com os seguintes aspectos:

- Participações em controladas, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial (vide nota explicativa nº 17);
- Depreciação do imobilizado de uso, calculada pelo método linear às seguintes taxas anuais: veículos e processamento de dados 20%, móveis e utensílios e instalações 10%; e
- Amortização, basicamente, de despesas com benfeitorias em imóveis de terceiros e com programas de processamento de dados, calculada pelo método linear, pelo prazo máximo de 05 anos.



**f) Passivo circulante e não circulante:** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

**g) Impostos e contribuições:** As provisões são calculadas considerando a legislação pertinente a cada encargo para efeito das respectivas bases de cálculo e suas respectivas alíquotas:

	<u>Imposto de Renda (i)</u>	<u>Contribuição Social (ii)</u>	<u>PIS</u>	<u>COFINS</u>	<u>ISS (iii)</u>
Instituições Financeiras	25%	15%	0,65%	4%	5%

**(i)** Imposto de Renda: Inclui alíquota adicional de 10%.

**(ii)** Contribuição Social: A Lei nº 7.689/88 (com redação dada pela Lei nº 14.183/21) definiu a alíquota da Contribuição Social de 20% para os bancos de qualquer espécie e de 15% para as demais Instituições Financeiras;

**(iii)** ISS: Aplicável sobre receitas de prestação de serviços.

Também é observada pela Companhia a prática contábil de constituição, no que for aplicável, de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base em expectativas de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração (vide nota explicativa nº 8 "b").

**h) Estimativas contábeis:** No processo de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, a Administração exerceu julgamento e utilizou estimativas para mensurar certos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. As principais aplicações do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorrem com:

- Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (vide nota explicativa nº 6 letra "d");
- Instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 5);
- Ativos tributários diferidos (vide nota explicativa nº 8 letra "b"); e
- Passivos contingentes (vide nota explicativa nº 10).

A validade dos critérios e premissas utilizadas para o uso de estimativas e julgamentos é revista no mínimo por ocasião da elaboração das demonstrações financeiras e os valores efetivamente realizados podem diferir dos saldos estimados.

**i) Ativos e passivos contingentes:** Os ativos e passivos contingentes são reconhecidos, avaliados e divulgados em conformidade com as determinações da Resolução CMN nº 3.823, de 16/12/2009, e Carta-Circular BACEN nº 3.429 de 11/02/2010. Os ativos e passivos contingentes dizem respeito a direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja realização depende de eventos futuros.

- i) Ativos contingentes – não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos.



- ii) Passivos contingentes – fiscais e previdenciárias, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº 10) - decorrem substancialmente de demandas judiciais e administrativas inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que os seus montantes possam ser estimados com suficiente segurança.

**j) Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Exceto quando indicado, as demonstrações financeiras expressas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo.

**k) Resultado recorrente / não recorrente:** A política interna da Companhia considera como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com o objeto social da Companhia previsto em seu Estatuto Social. Além disto, a Administração da Companhia considera como não recorrentes os resultados sem previsibilidade de ocorrência nos próximos anos. Observado esse regramento, salienta-se que o lucro líquido da Companhia no 1º semestre de 2023, no montante de R\$ 8.077, foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

### 3. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

A Companhia possui certificados de depósitos interfinanceiros com empresa do Conglomerado no montante de R\$ 5.449.148 (31/12/2022 R\$ 4.316.764) com taxas indexadas a 100% do CDI (pós-fixada) e prazos de vencimento até 31/07/2023.

### 4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

#### a) Composição da carteira

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<b>Carteira própria - livres:</b>		
Letras financeiras do tesouro	185.800	184.527
<b>Vinculados a prestação de garantias:</b>		
Letras financeiras do tesouro	37.667	26.892
<b>TOTAL - títulos e valores mobiliários</b>	<b>223.467</b>	<b>211.419</b>

#### b) Classificação de títulos e valores mobiliários por categoria e faixas de vencimento

	<u>30/06/2023</u>			<u>31/12/2022</u>				
	<u>91 a 360 dias</u>	<u>361 a 1080</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor de custo (ii)</u>	<u>Marcação a mercado</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor de custo (ii)</u>	<u>Marcação a mercado</u>
<b>Títulos para negociação (i)</b>								
Letras financeiras do tesouro	216.757	6.710	223.467	223.411	56	211.419	211.270	149

**(i)** Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil.

**(ii)** Valor de custo: representado pelo valor de custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.



- **“Títulos para negociação”**: O valor contábil corresponde ao valor de mercado desses títulos na data do balanço, obtido através de informações fornecidas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

- Ajuste dos títulos para negociação obtido entre os valores de custo e de mercado, foi registrado sob o título “Resultado com títulos e valores mobiliários”.

Os títulos públicos são custodiados na SELIC.

### c) Composição dos títulos vinculados

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Títulos dados em garantia de operações em bolsa	11.977	8.609
Títulos dados em garantia em ações judiciais	25.690	18.283
<b>Total</b>	<b>37.667</b>	<b>26.892</b>

## 5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos para atenderem suas políticas de gestão de riscos. Tais políticas baseiam-se na utilização de instrumentos financeiros derivativos como forma de minimizar os riscos resultantes das variações em taxas de juros, em operações comerciais e financeiras, podendo se valer, excepcionalmente, destas operações para a geração de lucro, desde que dentro dos limites de exposição aprovados para a Companhia com a autorização do Diretor de Tesouraria.

Os instrumentos financeiros derivativos são representados por operações de contratos futuros e de *swap*, registrados na B3, envolvendo taxas pré-fixadas e mercado interfinanceiro (DI) e correspondem substancialmente a operações para proteção patrimonial.

Esses instrumentos financeiros derivativos tem seus valores registrados em contas de compensação e os ajustes/diferenciais em contas específicas, de acordo com o respectivo recebimento (ativo) ou pagamento (passivo).

Abaixo, composição dessa carteira por tipo de instrumento, demonstrada pelo seu valor base, de custo amortizado e de valor justo.

### a) Instrumentos financeiros derivativos:

#### **Hedge de valor justo:**

	<u>30/06/2023</u>			<u>31/12/2022</u>		
	<u>Valor de referência</u>	<u>Custo amortizado</u>	<u>Valor justo</u>	<u>Valor de referência</u>	<u>Custo amortizado</u>	<u>Valor justo</u>
Mercado interfinanceiro	744.292	1.020.697	1.020.697	969.623	1.254.169	1.254.169
<b>Posição ativa</b>	<b>744.292</b>	<b>1.020.697</b>	<b>1.020.697</b>	<b>969.623</b>	<b>1.254.169</b>	<b>1.254.169</b>
Pré	744.292	1.119.194	1.094.820	969.623	1.405.038	1.334.522
<b>Posição passiva</b>	<b>744.292</b>	<b>1.119.194</b>	<b>1.094.820</b>	<b>969.623</b>	<b>1.405.038</b>	<b>1.334.522</b>
<b>Contratos de Swaps – exposição líquida</b>	<b>-</b>	<b>(98.497)</b>	<b>(74.123)</b>	<b>-</b>	<b>(150.869)</b>	<b>(80.353)</b>



**b) Contrato de futuros:**

**Negociação:**

	30/06/2023			31/12/2022		
	Quantidade de Contratos	Valor de Referência	Valor Justo	Quantidade de Contratos	Valor de Referência	Valor Justo
Compromissos de venda – DI	-	-	-	5.500	(549.442)	-

**c) Os seguintes valores a receber (ativo) e a pagar (passivo) foram registrados em contas patrimoniais sob o título "instrumentos financeiros derivativos":**

	30/06/2023			31/12/2022		
	Ativo - saldo a receber			Ativo - saldo a receber		
Swaps	Hedge de			Hedge de		
	Negociação	valor justo	Total	Negociação	valor justo	Total
	-	25.119	25.119	-	35.466	35.466

  

	30/06/2023			31/12/2022		
	Passivo - saldo a pagar			Passivo - saldo a pagar		
Swaps	Hedge de			Hedge de		
	Negociação	valor justo	Total	Negociação	valor justo	Total
	-	(99.242)	(99.242)	-	(115.819)	(115.819)

**d) O saldo de instrumentos financeiros derivativos registrados possuíam os seguintes vencimentos:**

**Hedge de valor justo:**

	30/06/2023					31/12/2022				
	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	TOTAL	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	TOTAL
Swaps	(13.302)	(28.060)	(37.178)	4.417	(74.123)	(19.185)	(37.565)	(34.443)	10.840	(80.353)

**e) Os seguintes resultados foram reconhecidos sob o título "instrumentos financeiros derivativos":**

	1° Semestre					
	2023			2022		
	Negociação	Hedge de valor justo	Total	Negociação	Hedge de valor justo	Total
Swaps	-	(29.143)	(29.143)	-	40.805	40.805
Futuro	-	-	-	(87)	-	(87)
	-	(29.143)	(29.143)	(87)	40.805	40.718



**f) O total do ajuste de marcação a mercado registrado foi de:**

	1º Semestre					
	2023			2022		
	Negociação	Hedge de valor justo	Total	Negociação	Hedge de valor justo	Total
Swaps	-	(46.142)	(46.142)	-	15.523	15.523

**g) Contabilidade de Hedge:** A Companhia adota a política de se proteger do risco de taxa de juros advindo das operações de crédito pré-fixadas em consonância com suas políticas de gestão de risco, levando em consideração as taxas de captação praticadas. Através da estratégia de *hedge* a Administração tem por objetivo proteger o *spread* de suas operações de crédito. Nos termos da Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, a Companhia utilizou a prerrogativa de reconhecimento dessas operações e do respectivo objeto de *hedge* pela contabilidade de *hedge*.

**h) Análise de sensibilidade:** A Companhia realiza análises de sensibilidade das operações que possam expô-la a riscos oriundos da volatilidade de fatores de riscos de mercado, a qual poderá gerar prejuízos materiais para suas operações e/ou fluxos de caixa.

O quadro disposto abaixo traz valores das exposições em análise, bem como os testes de sensibilidade das mesmas, considerando-se três cenários de estresse possíveis: a) situação de estresse determinada pela Companhia aprovada em seu Comitê de Gestão de Riscos de Mercado (CGRM), o qual se baseia em cenário de estresse divulgado pela B3 na data-base destas demonstrações financeiras; b) situação de estresse considerada pela Companhia com deterioração de, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) na variável de risco considerada; e c) situação de estresse considerada pela Companhia e com deterioração de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) na variável de risco considerada. É importante salientar que os cenários b) e c) abaixo estão sendo apresentados por exigência dos órgãos reguladores, entretanto, referem-se a cenários que a Administração da Companhia não acredita que possam ocorrer.

Exposição	30/06/2023			
	MTM - Exposição	Estresse - Alfa	Deterioração de 25%	Deterioração de 50%
		cenário ( a )	cenário ( b )	cenário ( c )
Pré-fixada	334.985	(83.938)	(75.769)	(140.417)

  

Exposição	31/12/2022			
	MTM - Exposição	Estresse - Alfa	Deterioração de 25%	Deterioração de 50%
		cenário ( a )	cenário ( b )	cenário ( c )
Pré-fixada	1.028.985	(82.315)	(96.849)	(178.573)

Foi considerada para a análise apresentada acima, a exposição líquida das operações (posições ativas menos posições passivas), ressaltando que estão incluídas todas as posições de derivativos contratadas.





## 6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

### a) Composição da carteira de crédito

Setores de atividade:	30/06/2023		31/12/2022	
	Valor	%	Valor	%
Setor privado				
Rural	29.716	0,5	43.295	0,7
Indústria	41.673	0,7	51.504	0,8
Comércio	435.211	7,7	498.142	7,9
Instituições financeiras	750	-	1.679	-
Outros serviços	617.158	10,9	1.002.510	16,0
Pessoas físicas	4.563.873	80,2	4.675.344	74,6
<b>Total da carteira de crédito</b>	<b>5.688.381</b>	<b>100,0</b>	<b>6.272.474</b>	<b>100,0</b>
Empréstimos	2.771.970	48,7	2.808.043	44,8
Financiamentos	2.915.661	51,3	3.462.752	55,2
Créditos vinculados a operações adquiridas em cessão	750	-	1.679	-
<b>Total da carteira de crédito</b>	<b>5.688.381</b>	<b>100,0</b>	<b>6.272.474</b>	<b>100,0</b>
Ajuste ao valor de mercado - item objeto <i>hedge</i>	(26.398)		(72.606)	
<b>Total global</b>	<b>5.661.983</b>		<b>6.199.868</b>	

### b) Composição da carteira de crédito por faixas de vencimento

Parcelas por Faixas de Vencimento:	30/06/2023				31/12/2022			
	A vencer	Vencidos	Total	%	A vencer	Vencidos	Total	%
<b>A vencer</b>								
- até 180 dias	1.655.153	29.302	1.684.455	29,6	2.033.599	20.911	2.054.510	32,8
- de 181 a 360 dias	924.745	23.099	947.844	16,7	954.641	15.947	970.588	15,5
- acima de 360 dias	2.969.335	68.063	3.037.398	53,4	3.184.472	50.637	3.235.109	51,6
<b>Total vincendas</b>	<b>5.549.233</b>	<b>120.464</b>	<b>5.669.697</b>	<b>99,7</b>	<b>6.172.712</b>	<b>87.495</b>	<b>6.260.207</b>	<b>99,9</b>
<b>Vencidas</b>								
- até 60 dias	-	7.221	7.221	0,1	-	4.980	4.980	-
- de 61 a 180 dias	-	8.030	8.030	0,1	-	5.235	5.235	0,1
- acima de 180 dias	-	3.433	3.433	0,1	-	2.052	2.052	-
<b>Total vencidas</b>	<b>-</b>	<b>18.684</b>	<b>18.684</b>	<b>0,3</b>	<b>-</b>	<b>12.267</b>	<b>12.267</b>	<b>0,1</b>
<b>Total da carteira</b>	<b>5.549.233</b>	<b>139.148</b>	<b>5.688.381</b>	<b>100,0</b>	<b>6.172.712</b>	<b>99.762</b>	<b>6.272.474</b>	<b>100,0</b>

### c) Classificação da carteira de crédito por níveis de risco

A Resolução CMN nº. 2.682, de 21/12/1999, estabelece os critérios para a classificação das operações de crédito e para a constituição das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, os quais são baseados em sistemas de avaliação de risco de clientes/operações.

A composição da carteira de crédito e a constituição das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito nos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecido na referida Resolução, estão demonstrados a seguir:



Níveis de Risco:	30/06/2023					31/12/2022				
	Saldo da Carteira de Crédito			Provisão		Saldo da Carteira de Crédito			Provisão	
	(*)			Mínima		(*)			Mínima	
	A Vencer	Vencidos	Total	Exigida	Contábil	A Vencer	Vencidos	Total	Exigida	Contábil
AA	322.481	-	322.481	-	-	309.326	-	309.326	-	-
A	5.096.126	-	5.096.126	25.481	25.481	5.708.260	-	5.708.260	28.541	29.112
B	110.301	26.153	136.454	1.365	2.715	116.753	17.793	134.546	1.345	2.691
C	10.020	30.008	40.028	1.201	1.449	30.533	20.699	51.232	1.537	4.606
D	1.841	14.455	16.296	1.630	2.558	1.179	12.994	14.173	1.417	4.066
E	2.026	10.710	12.736	3.821	3.946	638	12.567	13.205	3.962	6.471
F	2.083	12.332	14.415	7.207	10.073	1.307	6.310	7.617	3.809	5.256
G	453	8.284	8.737	6.116	7.862	929	6.234	7.163	5.014	6.739
H	3.902	37.206	41.108	41.108	41.108	3.787	23.165	26.952	26.952	26.952
<b>Total</b>	<b>5.549.233</b>	<b>139.148</b>	<b>5.688.381</b>	<b>87.929</b>	<b>95.192</b>	<b>6.172.712</b>	<b>99.762</b>	<b>6.272.474</b>	<b>72.577</b>	<b>85.893</b>

(\*) Inclui os créditos vencidos até 14 dias.

#### d) Movimentação das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	1º Semestre	
	2023	2022
<b>Saldo inicial do período</b>	<b>85.893</b>	<b>78.569</b>
Complemento líquido de reversão	31.221	18.749
Baixas líquidas dos valores recuperados	(21.922)	(14.511)
<b>Saldo final do período</b>	<b>95.192</b>	<b>82.807</b>

A provisão atingiu o saldo de R\$ 95.192 (31/12/2022 R\$ 85.893), correspondente a 1,67% (31/12/2022 1,37%) do total da carteira, desconsiderando o montante do ajuste a valor de mercado da carteira de crédito objeto de *hedge*. A provisão constituída acima do mínimo requerido pela Resolução CMN nº 2.682, decorre das análises internas e individuais dos clientes e é considerada adequada para suportar eventuais perdas. Foram amortizados créditos para prejuízo no montante de R\$ 25.209 (1º semestre/2022 R\$ 17.919) e ocorreram recuperações no montante de R\$ 5.219 (1º semestre/2022 R\$ 5.824).

A renegociação é qualquer acordo ou alteração nos prazos de vencimento, e nas condições de pagamento originalmente pactuadas, em operações de crédito que tenham apresentado alguma deterioração nas condições de risco. Em resposta aos impactos da pandemia do COVID 19 na economia, o BACEN emitiu, em março de 2020, a Resolução nº 4.782 que introduziu medidas de flexibilização no tratamento de créditos renegociados. No mesmo mês, o BNDES permitiu a suspensão temporária no pagamento dos empréstimos contratados de forma direta ou indireta com a instituição, medida conhecida como *standstill*.

Nesse contexto, a Companhia concedeu ajustes pontuais a alguns de seus clientes, tanto pessoas físicas quanto jurídicas. Em 30/06/2023, o montante total de operações com essa característica somava R\$ 10.441 (31/12/2022 R\$ 19.759), equivalente a 0,18% (31/12/2022 0,32%) da carteira.

Para aqueles contratos com alteração nos prazos de vencimento, acordo e que tenham apresentado deterioração nas condições de riscos apresentados anteriormente, o saldo de renegociados em 30/06/2023 é de R\$ 107.770 (31/12/2022 R\$ 79.388).



## e) Rendas de operações de crédito

	1º Semestre	
	2023	2022
Rendas de empréstimos e repasses interfinanceiros	238.340	177.839
Rendas de financiamentos	304.773	198.188
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	3.707	4.071
<b>Total</b>	<b>546.820</b>	<b>380.098</b>

## 7. OUTROS ATIVOS

	30/06/2023	31/12/2022
Depósitos judiciais	40.781	39.664
Comissões sobre contratos	38.888	42.378
Carteira de crédito - recursos em trânsito	18.541	5.429
Despesa antecipada	7.362	9.483
Bens não de uso próprio	4.860	2.523
Outros	6.351	4.531
<b>Total</b>	<b>116.783</b>	<b>104.008</b>
Circulante	41.022	33.593
Não Circulante	75.761	70.415
<b>Total</b>	<b>116.783</b>	<b>104.008</b>

## 8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### a) Demonstração do cálculo dos encargos de imposto de renda e contribuição social

	1º Semestre	
	2023	2022
<b>Lucro antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e deduzidas as participações no resultado</b>	<b>6.812</b>	<b>37.414</b>
Despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente (i)	(2.725)	(14.966)
Efeito no cálculo dos tributoss:		
Juros sobre o capital próprio	4.280	4.178
Ajuste ao valor de mercado de títulos e derivativos	(10)	27
Créditos amortizados para prejuízo	(1.678)	9
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(3.720)	(1.695)
Contingências fiscais, trabalhistas e cíveis	99	(1.771)
Ativo fiscal diferido	(16.607)	17.414
Obrigações fiscais diferidas	19.672	(15.158)
Outros valores	1.954	2.452
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>1.265</b>	<b>(9.510)</b>
<b>Sendo:</b>		
<b>Impostos correntes</b>	<b>(1.800)</b>	<b>(11.766)</b>
<b>Impostos diferidos</b>	<b>3.065</b>	<b>2.256</b>
<b>Despesa contabilizada</b>	<b>1.265</b>	<b>(9.510)</b>

(i) Vide nota explicativa nº 2 "g".



## b) Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

	31/12/2022	Constituição	Realização	30/06/2023
Contingências fiscais, trabalhistas e cíveis	11.359	7.516	(7.511)	11.364
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	34.357	17.043	(13.323)	38.077
Créditos amortizados para prejuízo	10.266	3.677	(1.999)	11.944
Outros créditos tributários	7.737	7.161	(9.398)	5.500
Derivativos (*)	30.988	-	(19.773)	11.215
<b>Total - crédito tributário ativo</b>	<b>94.707</b>	<b>35.397</b>	<b>(52.004)</b>	<b>78.100</b>
Derivativos (*)	(29.675)	(28.917)	48.701	(9.891)
Outros	(1.401)	(112)	-	(1.513)
<b>Total - obrigações fiscais diferidas</b>	<b>(31.076)</b>	<b>(29.029)</b>	<b>48.701</b>	<b>(11.404)</b>
<b>Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas</b>	<b>63.631</b>			<b>66.696</b>
<b>% sobre patrimônio líquido</b>	<b>6,0%</b>			<b>6,3%</b>

(\*) Refere-se substancialmente aos créditos tributários e obrigações fiscais diferidas sobre o ajuste a valor de mercado de instrumentos derivativos.

A Administração da Companhia, fundamentada em estudo técnico realizado tomando por base os dados contábeis disponíveis em 30/06/2023, estimou que a realização do crédito tributário ativo ocorrerá na seguinte proporção:

	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	+ 5 anos
<b>Realização dos créditos tributários</b>	27%	46%	13%	8%	4%	2%

Em 30/06/2023, o valor presente dos créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas calculados com base na taxa Selic totalizava R\$ 51.279. Em 30/06/2023 e 31/12/2022 todos os créditos tributários estavam ativados.

## 9. DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES

	de 1 a 90 dias	de 91 a 360 dias	de 361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Total 30/06/2023
Depósitos interfinanceiros (i)	3.761.206	3.551.139	2.813.519	168.297	10.294.161
Obrigações por repasses (ii)	320	911	610	-	1.841
<b>Total de captações</b>	<b>3.761.526</b>	<b>3.552.050</b>	<b>2.814.129</b>	<b>168.297</b>	<b>10.296.002</b>
<b>% concentração por prazo</b>	<b>36,5%</b>	<b>34,6%</b>	<b>27,3%</b>	<b>1,6%</b>	<b>100,0%</b>

  

	de 1 a 90 dias	de 91 a 360 dias	de 361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Total 31/12/2022
Depósitos interfinanceiros	36.495	3.941.905	5.473.926	186.098	9.638.424
Obrigações por repasses	370	944	1.143	-	2.457
<b>Total de captações</b>	<b>36.865</b>	<b>3.942.849</b>	<b>5.475.069</b>	<b>186.098</b>	<b>9.640.881</b>
<b>% concentração por prazo</b>	<b>0,4%</b>	<b>41,0%</b>	<b>56,8%</b>	<b>1,8%</b>	<b>100,0%</b>

(i) Depósitos Interfinanceiros com vencimentos até 26/02/2031 indexados à taxa pré-fixada que variam de 6,42% a 14,52% a.a. e pós-fixada indexado em 100% do CDI.

(ii) Operações de FINAME com vencimentos até 15/08/2025 à taxa pós-fixada de 1,33% mais SELIC, pós-fixada de 4,08% até 4,25% a.a. mais TLP - IPC, e pré-fixada de 1,30% a.a., garantidas por contratos.



## 10. PASSIVOS CONTINGENTES

A Companhia, no curso normal de suas atividades, é parte em processos de natureza fiscal, previdenciária, trabalhista e cível. As respectivas provisões foram constituídas levando-se em conta a legislação em vigor, a opinião dos assessores legais, a natureza e complexidade dos processos, o posicionamento dos Tribunais, o histórico de perdas e outros critérios que permitam a sua estimativa da forma mais adequada possível. A Administração considera que as provisões existentes na data destas demonstrações financeiras são suficientes para fazer face aos riscos decorrentes destes processos.

As provisões constituídas e respectivas movimentações em 2023 estão demonstradas a seguir:

	<b>Fiscais e Previdenciárias</b>	<b>Trabalhistas</b>	<b>Cíveis</b>	<b>Total</b>
	<b>(a)</b>	<b>(b)</b>	<b>(c)</b>	
<b>Saldo inicial em 01/01/2023</b>	<b>1.067</b>	<b>25.624</b>	<b>1.707</b>	<b>28.398</b>
(+) Complemento líquido de reversões	-	11.169	(604)	10.565
(+) Atualização	43	-	-	43
(-) Pagamentos	-	(10.437) (*)	(160)	(10.597)
<b>Saldo final em 30/06/2023</b>	<b>1.110</b>	<b>26.356</b>	<b>943</b>	<b>28.409</b>

(\*) Refere-se, basicamente a pagamento de acordos e condenações durante o período.

**(a)** As contingências fiscais e previdenciárias referem-se principalmente a obrigações tributárias cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação nas esferas administrativa e judicial.

As provisões existentes amparam o risco decorrente das obrigações legais e das contingências fiscais e previdenciárias consideradas como de perda provável e encontram-se registradas no exigível a longo prazo na rubrica "Provisão para Passivos Contingentes", e levam em conta as datas esperadas de pagamento.

A Companhia possui outras contingências fiscais e previdenciárias avaliadas individualmente por nossos assessores legais como de risco de perda possível, conforme Resolução nº 3.823, de 16/12/2009, do CMN, no montante de R\$ 6.452 (31/12/2022 R\$ 6.282).

**(b)** As contingências trabalhistas originam-se de ações judiciais movidas por ex-funcionários, terceirizados e entidades ou órgãos representativos que buscam obter indenizações referentes a pretensos direitos trabalhistas. A provisão constituída encontra-se na rubrica "provisão para passivos contingentes", e leva em conta as datas esperadas de pagamento.

As ações de natureza trabalhista para as quais foram constituídas provisão são consideradas como risco de perda provável. Para determinação do valor de provisão necessário, estas ações são avaliadas com base nos dados do reclamante e, em conjunto, considera-se o histórico de pagamentos feitos pela Companhia.

As contingências trabalhistas classificadas como de perda possível atingiram o montante de R\$ 11.955 (31/12/2022 R\$ 5.229).

**(c)** As contingências cíveis são originadas basicamente por ações judiciais movidas por terceiros, pleiteando restituição de valores cobrados, revisionais de juros e/ou atualização e indenizações por



danos materiais e/ou morais. A provisão constituída encontra-se registrada no exigível a longo prazo na rubrica “provisão para passivos contingentes” e leva em conta as datas esperadas de pagamentos. Para determinar o montante adequado de provisão a Administração considera análise individual ou para conjuntos de ações com risco de contingência e seu histórico de perdas, constituindo provisão para aquelas consideradas como de perda provável.

As contingências cíveis classificadas como de perda possível atingiram o montante de R\$ 7.467 (31/12/2022 R\$ 6.413), representado principalmente por ações indenizatórias ou de cobrança, cujos valores individuais não são relevantes.

## 11. OUTROS PASSIVOS

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Carteira de crédito - valores a processar / liberar	17.524	44.917
Provisões de pessoal e administrativa	22.896	23.096
Sociais e estatutárias	18.324	18.540
Resultado de exercícios futuros	13.269	13.931
Fiscais e previdenciárias	5.480	13.484
Provisão IOF a recolher	468	314
Outros	6.683	2.841
<b>Total</b>	<b><u>84.644</u></b>	<b><u>117.123</u></b>
Circulante	83.969	116.448
Não Circulante	675	675
<b>Total</b>	<b><u>84.644</u></b>	<b><u>117.123</u></b>

## 12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital social

Dividido em 58.736.269 (31/12/2022 58.736.269) de ações ordinárias e 44.206.287 (31/12/2022 44.206.287) de ações preferenciais sem valor nominal. É assegurado às ações preferenciais, que não possuem direito de voto, um dividendo mínimo de 8% ao ano sobre a parte e respectivo valor do capital que essas ações representam.

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30/03/2023, homologada em 30/05/2023 pelo Banco Central do Brasil, aprovou o aumento de capital social para R\$ 529.540 mediante incorporação de reservas de lucros no montante de R\$ 12.539.

### b) Dividendos

O Estatuto Social prevê dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual, ajustado conforme o disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, podendo ser pago sob a forma de juros sobre capital próprio, conforme previsto no artigo 31 do Estatuto Social e artigo 9º da Lei nº 9.249 de 26/12/1995.



	<b>1º Semestre</b>	
	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>Lucro líquido do semestre</b>	<b>8.077</b>	<b>27.904</b>
(-) Reserva legal	(404)	(1.395)
Lucro líquido ajustado	7.673	26.509
<b>Juros sobre capital próprio - valor bruto</b>	<b>(10.699)</b>	<b>(10.446)</b>
(-) Imposto de renda na fonte - 15%	1.605	1.567
Juros sobre capital próprio - valor líquido	(9.094)	(8.879)

Para o semestre findo, foi aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 10.699 (1º semestre/2022 R\$ 10.446), correspondendo ao valor bruto de R\$ 242,76 (1º semestre/2022 R\$ 237,01) por lote de mil ações preferenciais. A adoção do pagamento de juros sobre o capital próprio aumentou o resultado da Companhia em R\$ 4.280 (1º semestre/2022 R\$ 4.178) face ao benefício fiscal obtido. Os juros foram contabilizados em conformidade com a Circular Bacen nº 2.739/97, Deliberação CVM nº 207/96 e em atendimento às disposições fiscais.

#### **c) Reservas de lucros**

	<b>30/06/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Reserva legal	77.489	77.086
Reservas estatutárias - aumento de capital	362.171	374.710
Reservas estatutárias - dividendos	87.257	90.282
<b>Total</b>	<b>526.917</b>	<b>542.078</b>

#### **d) Ações em tesouraria - programa de recompra de ações**

Em atendimento ao disposto no artigo 2º da Instrução CVM nº 358, de 03/01/2002, e alterações posteriores, e nos termos da Instrução CVM nº 567, de 17/12/2015, e do artigo 18, alínea "h" do Estatuto Social da Companhia, em 13/03/2019 o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de ações de sua própria emissão, para permanência em tesouraria, cancelamento ou alienação no valor total de até R\$ 3.600, sem redução de capital social. Poderão ser adquiridas até a) 300.000 ações ordinárias e b) 400.000 ações preferenciais. O prazo para execução do Programa é de até 18 meses contados da data da deliberação, para permanência em tesouraria, cancelamento ou alienação a qualquer instante pelo referido conselho. Foram adquiridas no âmbito do referido programa, 30.900 ações ordinárias no montante de R\$ 165 e 30.100 ações preferenciais no montante de R\$ 189.

A quantidade de ações em tesouraria em 30/06/2023 era de 157.800 ações ordinárias e 132.200 ações preferenciais, registradas ao custo de aquisição no valor total de R\$ 1.407.

Em 30/06/2023 os custos mínimo, médio e máximo por ação em estoque para as ações ON era de R\$ 4,13, R\$ 5,32 e R\$ 5,58 e por ação PN o custo mínimo, médio e máximo era de R\$ 4,96, R\$ 6,04 e R\$ 6,40 respectivamente.

O valor de mercado das ações, em 30/06/2023, era de R\$ 5,31 por ação ON e R\$ 5,28 por ação PN.



### 13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Sempre em concordância com os dispositivos legais vigentes e com as normas expedidas pelo Banco Central do Brasil, são efetuadas operações com partes relacionadas, conforme demonstramos a seguir:

	30/06/2023	31/12/2022	1º Semestre	
			2023	2022
			Ativos (Passivos)	Ativos (Passivos)
<b>Disponibilidades</b>	<b>15.468</b>	<b>13.191</b>	-	-
- <b>Controlada</b>	<b>15.468</b>	<b>13.191</b>	-	-
Banco Alfa S.A.	15.468	13.191	-	-
<b>Aplicações (Captações) em depósitos interfinanceiros</b>	<b>(4.845.013)</b>	<b>(5.321.661)</b>	<b>(345.722)</b>	<b>(238.739)</b>
- <b>Outras partes relacionadas (1)</b>	<b>(4.845.013)</b>	<b>(5.321.661)</b>	<b>(345.722)</b>	<b>(238.739)</b>
Banco Alfa de Investimento S.A.	(4.845.013)	(5.321.661)	(345.722)	(238.739)
<b>Aquisição de ativos financeiros (2)</b>	<b>750</b>	<b>1.679</b>	<b>117</b>	<b>380</b>
- <b>Controlada</b>	<b>750</b>	<b>1.679</b>	<b>117</b>	<b>380</b>
Banco Alfa S.A.	750	1.679	117	380
<b>Juros sobre o capital próprio e dividendos</b>	<b>(5.259)</b>	<b>(5.139)</b>	-	-
- <b>Outras partes relacionadas (1)</b>	<b>(1.898)</b>	<b>(1.857)</b>	-	-
Fasa Participações S.A.	(4)	-	-	-
Alfa Holdings S.A.	-	(2)	-	-
Consórcio Alfa de Administração S.A.	-	(2)	-	-
Corumbal Participações e Administração	(1.898)	(1.853)	-	-
- <b>Pessoal chave da Administração da entidade</b>	<b>(3.361)</b>	<b>(3.282)</b>	-	-
<b>Outras transações</b>	<b>(600)</b>	<b>(694)</b>	-	-
- <b>Controlada</b>	<b>(301)</b>	<b>(273)</b>	-	-
Banco Alfa S.A.	(301)	(273)	-	-
- <b>Outras partes relacionadas (1)</b>	<b>(299)</b>	<b>(421)</b>	-	-
Banco Alfa de Investimento S.A.	(299)	(421)	-	-

Todas as transações entre a Companhia e partes relacionadas são efetuadas a preços e/ou taxas compatíveis com as praticadas pelo mercado, vigentes nas datas das operações.

(1) Realizadas com pessoas físicas e/ou jurídicas, não se tratando de controladoras, controladas ou coligadas.

(2) Refere-se a aquisição de operações de crédito consignado junto à controlada (com coobrigação), realizadas na vigência da Resolução CMN nº 3.533, de 31/01/2008.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração:

Em 2023, foi deliberado em Assembleia, o valor médio mensal da verba máxima para remuneração global de até R\$ 943 (R\$ 859 em 2022). No 1º semestre de 2023, foi pago a título de remuneração da administração o valor total de R\$ 8.361 (1º semestre/2022 R\$ 7.853).

A Companhia não possui benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e de rescisão de contrato de trabalho para o pessoal-chave da Administração.

(b.1) Em 29/10/2018 o Banco Central do Brasil editou a Resolução nº4.693/2018 que autoriza, a partir de 01/01/2019 as instituições financeiras a realizar operações de crédito com partes relacionadas, desde que





observadas as seguintes condições previstas em seu artigo 6º e os limites definidos em seu artigo 7º, a saber:

- Artigo 6º: As operações de crédito somente podem ser realizadas em condições compatíveis com as de mercado, inclusive quanto a limites, taxas de juros, carência, prazos, garantias requeridas e critérios para classificação de risco para fins de constituição de provisão para perdas prováveis e baixa como prejuízo, sem benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações deferidas aos demais clientes de mesmo perfil e risco de crédito;
- Artigo 7º: Limites – O somatório dos saldos das operações de crédito contratadas, direta ou indiretamente, com partes relacionadas não deve ser superior a 10% (dez por cento) do valor relativo ao Patrimônio Líquido Ajustado pelas receitas e despesas acumuladas deduzido do valor das participações detidas em instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior, observados os seguintes limites máximos individuais:
  - a) 1% (um por cento) para a contratação com pessoa natural e;
  - b) 5% (cinco por cento) para a contratação com pessoa jurídica.

**c) Participação acionária:**

Os membros do Conselho de Administração possuem em conjunto a seguinte participação acionária em 30 de junho de 2023: Ordinárias 1,898%, Preferenciais 35,865% e do total de ações 16,484%.

## **14. GERENCIAMENTO DE RISCO**

### **a) Risco Corporativo**

O gerenciamento de Riscos Corporativos tem o papel de assegurar que as diretrizes da Declaração de Appetite por Riscos (RAS) do Conglomerado Prudencial Alfa (“Prudencial”) sejam tempestivamente monitoradas de forma que o nível de risco assumido mantenha-se sempre em conformidade com os limites estabelecidos para cada natureza de risco.

O gerenciamento dos riscos abrange todas as áreas e colaboradores do Prudencial. Os riscos, falhas e/ou deficiências, que possam surgir decorrentes das atividades desempenhadas no Prudencial, devem ser reportados tempestivamente às áreas de controles para o tratamento adequado. O gerenciamento de riscos e de capital são supervisionados de forma integrada pela Diretoria de Gestão Integrada de Riscos alinhada com as premissas e limites definidos nas Política de Gerenciamento Integrado de Riscos, Política de Responsabilidade Socioambiental e RAS, aprovadas pelo Conselho de Administração.

O gerenciamento integrado dos riscos é de responsabilidade do Departamento de Gestão de Riscos que além de coordenar diretamente as atividades deste processo, desempenha também o papel de disseminador da cultura de mitigação e gerenciamento de riscos no Prudencial. O Departamento de Gestão de Riscos se reporta ao *Chief Risk Officer* (CRO) que, por sua vez, reporta-se à Alta Administração.

Em atendimento às Resoluções nºs 4.557/2017 e 4.327/2014 do Banco Central do Brasil, o Prudencial mantém estrutura específica para o gerenciamento integrado dos riscos, para o gerenciamento do capital e para o monitoramento do risco socioambiental. A descrição das estruturas do gerenciamento integrado de riscos e do gerenciamento do risco socioambiental estão disponíveis no endereço eletrônico: [www.alfanet.com.br](http://www.alfanet.com.br).



#### **b) Risco de Mercado**

Tem por objetivo definir as principais diretrizes que orientam o gerenciamento do risco de mercado do Prudencial, definindo estratégias que possam identificar, avaliar e monitorar as exposições sujeitas ao risco de mercado e estabelecer limites e procedimentos que possam manter o Prudencial exposto a um nível aceitável e compatível com seus objetivos definidos na RAS (Declaração de Apetite por Riscos). O processo de monitoramento será automatizado de forma a medir, monitorar e controlar todas as operações sujeitas ao risco de mercado, gerando relatórios tempestivos para a Diretoria.

#### **c) Risco de Liquidez**

O Prudencial deverá operar com nível de liquidez compatível com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão de sua exposição a esse risco. Devemos operar com um nível suficiente de liquidez para honrar prontamente as obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes da prestação de garantias. O Prudencial deverá manter um estoque adequado de ativos líquidos que possam ser convertidos rapidamente em caixa em situações de estresse, além de manter o perfil de sua captação adequado ao risco de liquidez de seus ativos, observando uma diversificação adequada de suas fontes de captações.

#### **d) Risco de Crédito**

O Prudencial tem por princípio operar de forma cuidadosa e conservadora quando da concessão de crédito em qualquer dos segmentos em que atua. Para isso devemos priorizar os segmentos mais seguros, de modo a construir uma carteira com ativos de qualidade, rentável e com baixo índice de perdas. O objetivo do gerenciamento do Risco de Crédito é o de garantir que esse princípio de prudência sejam aplicados na concessão dos limites de crédito, onde o acompanhamento das operações seja feito de maneira efetiva, e que eventuais problemas sejam identificados de forma rápida e submetidos a Diretoria para a decisão das medidas a serem tomadas.

#### **e) Risco Operacional**

O Gerenciamento do Risco Operacional tem por objetivo identificar, avaliar e monitorar o risco operacional, associado aos produtos e os fluxos operacionais das principais atividades do Prudencial, avaliando-se a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas operacionais, inadequação de processos internos ou sistemas, deficiências ou inadequação de processos internos, sistemas ou seus colaboradores.

O processo de monitoramento também deverá contemplar a avaliação dos potenciais efeitos da interrupção parcial ou total das atividades do Prudencial, assegurando que as estratégias definidas para assegurar a continuidade das atividades críticas da instituição sejam adequadas e eficientes.

A contínua avaliação destes riscos deverá nos permitir a identificação, classificação e a documentação dos processos críticos do Prudencial, assegurando que eventuais perdas de natureza operacional sejam pouco frequentes e sem grande impacto financeiro para o Prudencial.



## f) Risco Socioambiental

O gerenciamento do Risco Socioambiental constitui-se de um conjunto de práticas, controles e iniciativas, com as quais o Prudencial visa resguardar-se da ocorrência de eventos que possam trazer-lhe prejuízo financeiro ou de reputação, decorrentes de transações com clientes ou fornecedores que não atendam as normas socioambientais vigentes.

### 15. ÍNDICE DE CAPITAL E DE ALAVANCAGEM

O Banco Central do Brasil, através da Resolução nº 4.955/21, instituiu a apuração do Patrimônio de Referência considerando as instituições integrantes do Conglomerado Prudencial para cálculo do Índice de Capital. Adicionalmente através da Resolução nº 4.958/21, instituiu apuração do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

O Índice de Capital para 30 de junho de 2023 apurado nos termos das referidas Resoluções é de 15,82% (31/12/2022 14,48%), demonstrando a boa capacidade de solvência das instituições financeiras integrantes do Conglomerado Prudencial, quando comparados aos requisitos mínimos do Patrimônio de Referência e Adicional de Capital Principal de 10,5%. O quadro abaixo demonstra a apuração do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido, Ativos Ponderados pelo Risco e o Índice de Capital do Conglomerado Prudencial Alfa.

	<b>Prudencial</b>	
	<b>30/06/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
<b>Patrimônio de Referência – Nível I</b>	<b>2.700.309</b>	<b>2.737.405</b>
<b>Capital Principal</b>	<b>2.700.309</b>	<b>2.737.405</b>
Patrimônio Líquido	2.781.514	2.765.118
(-) Ajustes Prudenciais	(81.205)	(27.713)
<b>Patrimônio de Referência (PR)</b>	<b>2.700.309</b>	<b>2.737.405</b>
<b>Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)</b>	<b>17.069.296</b>	<b>18.910.210</b>
Parcela relativa ao:		
Risco de Crédito	15.378.199	17.207.313
Risco de Mercado	252.964	287.010
Risco Operacional	1.438.133	1.415.887
<b>Patrimônio de Referência Mínimo Requerido</b>	<b>1.365.544</b>	<b>1.512.817</b>
<b>Valor Requerido de Adicional de Capital Principal</b>	<b>426.732</b>	<b>472.755</b>
<b>Índice de Basileia</b>	<b>15,82%</b>	<b>14,48%</b>
<b>Capital de Nível I</b>	<b>15,82%</b>	<b>14,48%</b>
<b>Capital Principal</b>	<b>15,82%</b>	<b>14,48%</b>

O Banco Central do Brasil, através da Circular nº 3.748/2015 instituiu o Índice Razão de Alavancagem (RA) ao arcabouço de Basileia III no Brasil. O RA é definido como a razão entre Capital Nível I e Exposição Total.

Em 30 de junho de 2023, o Índice de Razão de Alavancagem do Conglomerado Prudencial Alfa é de 11,02% (31/12/2022 10,16%).



## 16. OUTRAS INFORMAÇÕES

### a) Outras receitas operacionais

	1º Semestre	
	2023	2022
Atualização de tributos a compensar e depósitos judiciais	965	1267
Reversão de provisão operacional	812	333
Dividendos prescritos	725	503
Receita com portabilidade de crédito	658	626
Outras rendas operacionais	18	3
<b>Total</b>	<b>3.178</b>	<b>2.732</b>

### b) Despesas administrativas

	1º Semestre	
	2023	2022
Processamento de dados	(14.644)	(12.409)
Serviços de terceiros	(6.767)	(7.214)
Serviços técnicos especializados	(5.763)	(4.168)
Outras despesas administrativas	(3.960)	(3.613)
Aluguéis	(3.295)	(4.791)
Propaganda e publicidade	(2.213)	(2.149)
Serviços do sistema financeiro	(2.412)	(2.320)
Comunicações	(1.882)	(1.783)
Promoções e relações públicas	(1.571)	(1.827)
Depreciação e amortização	(1.318)	(1.283)
	<b>(43.825)</b>	<b>(41.557)</b>

### c) Outras despesas operacionais

	1º Semestre	
	2023	2022
Comissões	(12.896)	(9.625)
Despesas com intermediação / equalização de contratos	(5.435)	(5.477)
Despesas com créditos inadimplentes	(1.753)	(635)
Indenização trabalhista e cível	(947)	(542)
Outras despesas operacionais (i)	(466)	(3.816)
Ressarcimento de custo de originação	(159)	(898)
	<b>(21.656)</b>	<b>(20.993)</b>

(i) Inclui despesa com auditoria externa conforme divulgado no formulário de referência.

### d) Contratação de seguros

O Conglomerado tem como política segurar seus valores e bens a valores considerados adequados para coberturas de eventuais perdas. Para proteção de seu patrimônio, o Conglomerado tem por filosofia transferir, através de contratação de seguros, riscos que, na eventualidade de ocorrência, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, seu patrimônio. A cobertura de seguros do



Conglomerado totalizavam R\$ 116.477 (31/12/2022 R\$ 117.196) para suprir eventuais danos ao Conglomerado.

**e) Planos de remuneração baseados em ações e outros benefícios pós-emprego a seus empregados**

Em atendimento à Deliberação CVM nº. 695, de 13/12/2012 informamos que a Companhia, não mantém planos de remuneração em ações (*stock options*) e outros benefícios pós emprego a seus empregados.

**17. PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADA**

Investida	% Participação	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Prejuízo do Período	Qte de ações ordinárias	Valor contábil do Investimento		Resultado do 1° Semestre	
						30/06/2023	31/12/2022	2023	2022
Banco Alfa S.A	80%	60.966	120.971	(959)	20.304.520	96.776	97.544	(768)	2.672

**18. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

O caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604 de 29/08/2008, apresentado na Demonstração dos Fluxos de Caixa está constituído por:

	30/06/2023	30/06/2022
No início do semestre	4.330.079	3.866.462
Disponibilidades	13.315	9.789
Aplicações interfinanceiras de liquidez (i)	4.316.764	3.856.673
No final do semestre	5.464.915	1.864.524
Disponibilidades	15.767	13.074
Aplicações interfinanceiras de liquidez (i)	5.449.148	1.851.450
Aumento / (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	1.134.836	(2.001.938)

(i) Referem-se as operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

**ELIANE CAROLINA QUAGLIO ARJONAS**  
**CONTADORA**  
**CRC 1SP 232846/O-2**



## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Ao Conselho de Administração, Acionistas e Administradores da  
Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos  
São Paulo – SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Financeira Alfa S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Financeira Alfa S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre correntes. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### **Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito**

Conforme descrito nas notas explicativas nº 02 (b) e nº 6, a constituição de provisão para perda esperada associada ao risco de crédito das operações de crédito, obedece aos parâmetros exigidos pela Resolução do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) nº 2.682/99, normativo que estabelece os critérios para classificação das operações de crédito e para constituição da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito, divididos em nove faixas de risco, sendo “AA” o melhor rating e “H” o pior rating, que requerem um percentual mínimo a ser provisionado. A Companhia constitui, quando necessário, provisão acima do mínimo requerido pela referida Resolução, para tanto, se baseiam em análises internas considerando a atual conjuntura econômica, a experiência de anos anteriores e a expectativa de realização da carteira. Devido à relevância das operações de crédito, aos julgamentos relacionados à



estimativa da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.

### **Como nossa auditoria conduziu esse assunto**

Avaliamos o desenho e a implementação dos controles internos chave relacionados aos processos de aprovação das operações de crédito, formalização das análises, registro nos sistemas, classificação nos nove níveis de risco de crédito, de AA até H, revisões desses riscos, bem como o processo de apuração e registro das provisões para perda esperada associada ao risco de crédito das operações de crédito.

Avaliamos com base em amostragem, as informações que suportam a definição e revisão dos ratings dos clientes pela Companhia com base nas políticas internas de crédito, tais como a proposta de crédito, informações financeiras e cadastrais, e informações relacionadas às garantias obtidas, incluindo os métodos internos e premissas utilizadas para a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Analizamos o cálculo aritmético incluído na avaliação sobre o atendimento aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 relacionados a apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Por fim, analisamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras são apropriadas em relação às normas vigentes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o nível de provisão para perda esperada associada ao risco de crédito e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2023, tomadas em conjunto.

### **Outros assuntos**

#### **Demonstrações do valor adicionado**

As demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.



Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da Administração das demonstrações financeiras**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.





- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividade de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 10 de agosto de 2023.

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo  
Contador CRC 1SP252419/O-0



**CONGLOMERADO FINANCEIRO ALFA**  
**Líder: BANCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.**  
**CNPJ/MF nº 60.770.336/0001-65 e NIRE nº 35 3 0005322 2**

**RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DO 1º SEMESTRE DE 2023**  
**ENCERRADO EM 30 DE JUNHO DE 2023**

O Comitê de Auditoria constituído pelo Banco Alfa de Investimento S.A., instituição líder do Conglomerado Financeiro Alfa, exerce as atribuições e responsabilidades previstas em dispositivos legais e em seu regulamento, desenvolvendo suas atividades no referido Banco e nas seguintes empresas: Banco Alfa S.A., Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. e Alfa Arrendamento Mercantil S.A.

### **Atividades do Comitê**

O Comitê de Auditoria reuniu-se 12 (doze) vezes no período de janeiro a junho de 2023 com os Diretores e os principais responsáveis pelas áreas das empresas do Conglomerado Financeiro Alfa, abordando, em especial, assuntos relacionados a demonstrações financeiras, provisões, controles internos e compliance, combate à lavagem de dinheiro, ouvidoria e atendimento a clientes, jurídico, soluções tecnológicas, segurança da informação, gestão da continuidade de negócios, recomendações das auditorias interna e externa, evolução dos negócios e conformidade à legislação e normas editadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e B3-Brasil, Bolsa e Balcão, discutindo as providências adotadas.

### **Administração de Riscos**

Mantendo a sinergia com o Comitê de Riscos o Comitê de Auditoria realizou reunião semestral com o Diretor e Gerente Geral de Administração de Riscos, acompanhando de forma mais focada os aspectos relevantes e enquadramentos definidos pela administração.

### **Ouvidoria**

Norteados pelo disposto na Resolução do BACEN nº 4.860, de 23.10.2020 e suas alterações subsequentes, o Comitê acompanhou e monitorou as atividades da Ouvidoria, mediante reuniões e relatórios por ela produzidos.

### **Controles Internos**

O Comitê acompanhou as atividades da área de Compliance e Controles Internos considerando-as adequadas às necessidades das empresas do Conglomerado Financeiro Alfa. Foram examinados pontos de controle, normas e técnicas de acompanhamento existentes e o Compliance Regulatório através do cumprimento das regras internas e legais vigentes. O monitoramento, realizado por meio de questionários referentes aos pontos de controle, é analisado pela área responsável, auditoria interna e externa. O Comitê de Auditoria entendeu que o sistema de controles internos está adequado ao porte e complexidade de negócios do Conglomerado Financeiro Alfa.

### **Prevenção à Lavagem de Dinheiro**

O Comitê de Auditoria acompanhou as atividades da área de Compliance e Controles Internos relativos às análises reputacionais e verificações KY ("conheça seu"), monitoramento de alertas e discutiu os processos das empresas do Conglomerado Financeiro Alfa com relação às atividades de prevenção de lavagem de dinheiro.



## **Segurança da Informação**

O Comitê de Auditoria tomou conhecimento das atividades realizadas pelas áreas de Segurança da Informação/TI, Controles Internos e Auditoria Interna, como da implantação de ações que compõem o plano integrado de segurança da informação:

### **Ações concluídas:**

#### i. Segurança da Informação (1ª Linha)

- Implantação do portal PWC com foco em Threat Intelligence - maio/2023.

#### ii. Auditoria Interna (3ª Linha):

- Trabalho específico em LGPD – Plano de ação de melhorias apresentado pelas áreas.

### **Ações em andamento:**

#### i. Segurança da Informação (1ª Linha)

- Blindagem do ambiente de produção: (isolamento das redes de servidores e respectivas restrições – agosto/2023. Isolamento individual dos servidores – dezembro/2023).
- Desenvolvimento seguro (Programa de treinamento contínuo em avaliação para ser contratado da Tempest – outubro/2023).
- Equipes defensiva e ofensiva (Contratação do primeiro recurso dedicado para atividade de Red Team) - outubro/2023.

#### ii. Gestão de Riscos e Controles Internos (2ª linha)

- Apresentação do resultado de Assessment da área de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais - setembro/2023.
- Estruturação da matriz de gestão de riscos de Segurança da Informação - dezembro/2023.
- Estruturação/Atualização dos controles internos de Segurança da Informação, TI e Proteção à Privacidade dos Dados - dezembro/2023.
- Etapa 2 - Gestores das Áreas de Negócios – Foco em conscientizar os colaboradores de negócios em Riscos de Segurança da Informação e vulnerabilidades que estamos expostos - dezembro/2023.
- Testes de controles internos estabelecidos de Segurança da Informação e TI – outubro/2023.

#### iii. Auditoria Interna (3ª Linha):

- Monitoramento dos testes de penetração – atividade contínua.
- Monitoramento específico na ferramenta DLP (Data Loss Prevention) – atividade contínua.
- Follow up dos planos de ação para LGPD.
- Avaliação dos resultados apresentados na implantação do SOC – atividade contínua.

### **Ações futuras**

#### i. Segurança da Informação (1ª linha)

- Avaliação de ferramenta de inspeção de segurança de pacotes de fornecedores de sistema (sandbox). – dezembro/2023.

#### ii. Gestão de Riscos e Controles Internos (2ª linha)

- Reavaliação da maturidade da estrutura de SI do conglomerado após implementação dos planos de ação.
- Testes de controles internos estabelecidos de Proteção à Privacidade dos Dados.

## **Auditoria Externa e Interna**

A empresa de Auditoria Externa KPMG Auditores Independentes, é responsável pela prestação dos serviços de auditoria das Empresas Financeiras e dos Fundos de Investimento administrados pelo Banco Alfa de Investimento S.A.



Com relação à Auditoria Externa, o Comitê de Auditoria discutiu com os responsáveis: a) os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Conglomerado Financeiro Alfa, data base 30.06.2023; b) prévia do Relatório referente à Circular BACEN nº 3.467/2009 e nº 2.682/1999; c) relativamente aos Fundos de Investimento tivemos a avaliação do segundo semestre de 2022.

Com relação à Auditoria Interna, o Comitê de Auditoria acompanhou o andamento dos trabalhos planejados para o semestre, relatórios produzidos, conclusões e cumprimento das recomendações.

Ressalta-se ainda que, durante o semestre o Comitê de Auditoria, não foi acionado em nenhum momento, nem tampouco se deparou com qualquer situação que viesse a prejudicar ou comprometer a atuação e independência das Auditorias na condução de suas atividades.

Quanto aos trabalhos realizados pelas Auditorias, há de se frisar que nenhuma falha relevante foi constatada ou apontada, e que viesse a prejudicar ou afetar as Demonstrações Financeiras das empresas do Conglomerado.

Dessa forma, o Comitê de Auditoria concluiu como satisfatórias as atuações e trabalhos realizados pelas Auditorias.

### **Demonstrações Financeiras**

Considerando as avaliações satisfatórias das atuações das áreas de Controles Internos, Gestão de Riscos, Auditoria Interna e Externa, bem como os contatos mantidos com a área de Controladoria, responsável pela elaboração das Demonstrações Financeiras, e ainda, as constantes análises e exames procedidos pelo Comitê de Auditoria em relatórios, mapas e posições utilizados pelas mesmas para comprovação e confirmação de seus dados, conclui o Comitê de Auditoria que as Demonstrações Financeiras do semestre encerrado em 30 de junho de 2023, incluindo as das empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa, atendem aos requisitos de integridade, qualidade, transparência e visibilidade, inclusive quanto à aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e exigidas pelas normas vigentes.

São Paulo – SP, 10 de agosto de 2023.

**Adilson Herrero**

**Ciderlene Justino de Souza**

**Paulo Aluizio Machado de Andrade**



## **PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os membros do Conselho Fiscal analisaram e aprovaram: **(i)** o Estudo Técnico de Viabilidade de Geração de Lucros Tributáveis que ampara os valores contabilizados sob a rubrica "Créditos Tributários"; **(ii)** o Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras Intercalares encerradas em 30.06.2023, e dos respectivos Pareceres do Conselho de Administração e dos Auditores Independentes; e **(iii)** a Proposta da Diretoria para pagamento de juros sobre o capital próprio aos titulares de ações preferenciais.

Nada mais a tratar, foi encerrada a reunião da qual se lavrou esta ata, que lida e aprovada foi assinada pelos presentes.

São Paulo - SP, 10 de agosto de 2023.

**Ailton Carlos Canette**

**Paulo Caio Ferraz de Sampaio**

**Nelson Marcelino**

**Fernando Pinto de Moura**